



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: O CASO UNIVERSIDADE BRASIL ITAQUERA/SP, DILEMAS E POSSIBILIDADES EM DEBATE

Marusa Fernandes da Silva¹

Marta Cirera²

Raquel Paiva Gomes³

Resumo: O artigo trata a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social na Universidade Brasil Itaquera. Considerada a importância do estágio para a formação foram abordados impactos vivenciados devido a reestruturação produtiva: retração das políticas sociais, ampliação da oferta de estágios sem remuneração, dentre outros. Tais condições contribuem para a precarização do processo de formação.

Palavras-Chave: Estágio Supervisionado. Unidade de Formação Acadêmica. Reestruturação Produtiva.

Abstract: This article deals with supervised internship experience in Social Work at Universidade Itaquera. Considering the importance of the traineeship for training, impacts were considered as a result of productive restructuring: retraction of social policies, expansion of the provision of traineeships without remuneration, among others. Such conditions contribute to the precariousness of the training process.

Keywords: Supervised Internship. Unit of Academic Formation. Productive Restructuring.

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social é uma atividade curricular obrigatória, conforme preconizam as diretrizes curriculares, revistas em 1996, pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O estágio se dá com a inserção do aluno nos espaços socioinstitucionais na perspectiva de sua capacitação para o exercício da profissão, pressupondo uma supervisão sistemática tanto acadêmica (feito pelo professor supervisor) quanto de campo (ambas realizadas pelo profissional assistente social), realizada a partir do planejamento e avaliação contínua, que se materializam nos Planos de Estágio e em Avaliações semestrais dos supervisores. Como elemento constitutivo da formação profissional, o estágio curricular não pode ser considerado um emprego ou atividade profissional.

¹ Profissional de Serviço Social, Prefeitura de Mauá, E-mail: marusafs@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Brasil, E-mail: marusafs@hotmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Tribunal de Justiça de São Paulo, E-mail: marusafs@hotmail.com.

O pensamento conservador e as práticas políticas explicitam o autoritarismo organizado corporativamente, nas diferentes esferas de poder (legislativo, executivo e judiciário) com vistas a perpetuar as relações de poder estabelecidas e manter o status quo.

Concomitante a este processo, Ricardo Antunes (2009) nos alerta para significativas e profundas mudanças no mundo do trabalho. A sociedade salarial fundada no emprego e relações trabalhistas protegidas por lei, dão lugar a flexibilização e a precarização, tornando incerto o futuro e a própria manutenção da sobrevivência de uma parcela significativa da população. Novas e velhas estratégias têm sido combinadas para “conter” as tensões sociais, uma delas, a refilantropização das funções estatais, a qual transfere a responsabilidade do poder público à sociedade civil “organizada” – terceiro setor, deslocando da esfera dos direitos o atendimento de emergências e carecimentos da população de forma residual e paliativa.

O conjunto CFESS/CRESS, dentre outras ações, contribuiu nas alterações da Lei Federal de Estágio (nº 11.788 de 25 de setembro de 2008), bem como propôs a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), nº 533 de 2008, que visa proteger a qualidade do estágio supervisionado. O estágio possui peculiaridades imprescindíveis para garantir uma formação com qualidade: a supervisão direta de um/uma assistente social no campo de estágio; o acompanhamento do/a supervisor acadêmico com a disciplina de supervisão de estágio, o aproveitamento do aluno que tem que conciliar, muitas vezes, emprego e trabalho e a gestão acadêmica da Unidade de Formação Acadêmica (UFA), que “com dificuldade” busca a ampliação de campos de estágio e estimula a abertura de espaços para diálogo e debates entre os atores envolvidos na ação do estágio: Discente, Supervisor Acadêmico e Supervisor de Campo⁴. Isto posto, o corpo docente tem papel relevante no contínuo processo de acompanhamento e aprimoramento uma vez que o curso possui a clara intenção de, ao seguir as diretrizes curriculares da ABPEPSS, promover um trato rígido à fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que possibilite ao aluno compreender a realidade e ser capaz de desenvolver habilidades para lidar com o conjunto de expressões da questão social⁵ por meio dos campos: políticas sociais públicas, empresariais, de entidades representativas do terceiro setor e de movimentos sociais.

⁴ Na Universidade Brasil (Campus Itaquera/SP) são previstas: (i) duas reuniões de avaliação sobre estágio, por bimestre, onde se prevê a participação de supervisores acadêmicos e supervisores de campo; (ii) uma semana de debate sobre estágio em Serviço Social, denominada na Política de Estágio da UFA como Jornada Acadêmica de Estágio. Tais atividades compõem o calendário acadêmico anual.

⁵ Por questão social entende-se o conjunto das refrações produzidas pelo modo de produção capitalista, que para se produzir e reproduzir destitui uma parcela majoritária da população do acesso à riqueza social, o que, na formação social brasileira, tem alcançado o limite da iniquidade. (IAMAMOTO, 2008)

Assim, como docentes supervisoras acadêmicas, organizamos esse debate sobre os desafios contemporâneos do estágio supervisionado desenvolvendo: (i) breve contextualização do panorama atual, que determina as demandas profissionais, através das políticas sociais; (ii) alguns elementos que afirmam a importância do Estágio Supervisionado para a formação; e (iii) dilemas enfrentados no cotidiano da realização do estágio supervisionado captados a partir da experiência docente na Supervisão Acadêmica e Coordenação do Setor de Estágio na Universidade Brasil (Campus Itaquera/SP). Tal abordagem é relevante a medida que explicita componentes de reflexão e, portanto, de iluminação de caminhos pertinentes ao estágio supervisionado na formação do/a assistente social.

2.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL: Impactos ao campo de estágio?

No âmbito das políticas sociais como a educação, habitação, saúde, assistência social, entre outras, o Serviço Social envolve um amplo leque de regulações, normatizações, instâncias gestoras e executoras de programas, projetos e serviços que influenciados pelas condições em que se realizam o trabalho, fragmentam a perspectiva de totalidade social. Discutir e avaliar o processo de formulação e implementação de políticas é decisivo para compreender “de que forma” uma questão passa para a agenda, de forma a universalizar ou não o atendimento, com ou sem participação, e como mobiliza esforços e recursos.

Desde fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, a vigência mundial do neoliberalismo ou de políticas sob sua influência propiciou condições em grande medida favoráveis à adaptação diferenciada de elementos do toyotismo⁶. Sendo o processo de reestruturação produtiva do capital a estrutura sob a qual se erige o ideário e a pragmática neoliberal.

Para o caso brasileiro, essas transformações chegam um pouco depois, posto que até o final da década de 1980 o Brasil vivia o final do momento de abertura democrática iniciada com a queda do Governo militar, em 1985, e com a conquista da Constituição Federal de 1988, denominada a constituição cidadã⁷. Porém, os traços

⁶ Modelo de produção japonês que surge para responder à concorrência internacional. Baseado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e dos mercados. Incorpora a alta tecnologia, o controle de qualidade e com isso a produção em pequenas séries. Com a automatização do trabalho em menor escala objetiva o aumento da produção sem o aumento de trabalhadores. Ganho salarial por produtividade, com combate ao sindicalismo e à organização operária. Cria novos padrões de gestão da força de trabalho – qualidade total, gestão participativa- “envolvimento manipulatório”. Causou a crise do sindicalismo, individualismo nas relações de trabalho e a desregulamentação e flexibilização dos direitos. (ANTUNES, 2009).

⁷ Constituição Federal de 1988 é denominada constituição cidadã, pois teve uma abordagem mais democrática em relação as demais constituições. Na sua elaboração contou com ampla participação das

neoliberais se revelam de forma determinante no início dos anos 1990, quando ocorrem eleições diretas, e assume o governo o Presidente Fernando Collor de Melo, quando começam a ser veiculadas duas ideias predominantes, que são assumir a ineficácia do Estado e, portanto, a desqualificação do caráter público, justificando a redução do Estado (se privatizar funciona melhor) e a ideia da adesão à globalização (diluição das fronteiras). A partir daí e nos governos seguintes presencia-se a consolidação do desmantelamento do Estado, causado pela imposição de ajuste macroeconômico imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

Conforme Behring (2003), a partir dessa reforma, denominada contrarreforma, as alterações neoliberais do Estado brasileiro implicaram um profundo retrocesso social, em que as funções do Estado ficam, em linhas gerais, assim estabelecidas: (i) Núcleo Estratégico que compreende os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público; (ii) Atividades Exclusivas, que são serviços que só o Estado pode realizar, regulamentando, fiscalizando e fomentando (previdência básica, educação básica, segurança, assistência aos mais pobres, por exemplo); (iii) Serviços não-exclusivos, aqueles de produção de bens e serviços, como: escolas, universidades, centros de pesquisa científica e tecnológica, creches, ambulatórios, hospitais, entidades assistenciais, museus, emissoras de rádio e televisão educativas e culturais, deslocadas do núcleo exclusivo do Estado e compreendidas como atividades competitivas que podem ser controladas pelo mercado; e (iv) Produção de bens e serviços para o mercado, que compreende o segmento produtivo e o mercado financeiro.

Assim, a contrarreforma buscava diminuir o investimento público em políticas sociais, aplicar de forma contínua e desregulada no mercado financeiro e produtivo investimentos do fundo público, reformar a área administrativa, ao implementar programa de terceirização, a não realização de concursos públicos em diferentes áreas do Estado, a reforma da previdência social, programa de privatização das empresas Estatais e a flexibilização das leis trabalhistas que regulam e controlam a relação conflituosa entre capital-trabalho.

Nesse contexto neoliberal trabalha-se a ideia de terceirização e Estado mínimo, fala-se em redução da pobreza e não em diminuir desigualdades, sendo a implantação das políticas sociais focalistas, com a defesa do individualismo, competência e competitividade, onde a pobreza é “taxada” como um problema individual, característico de dificuldades pessoais e que devem ser assistidos na sua particularidade através de programas focais.

entidades de representação, comunidade acadêmica, movimentos, sindicatos, além de outros. Define novos direitos e amplia a forma de participação da sociedade.

O Estado é funcionalizado pela acumulação capitalista e neste sentido expressa os interesses econômicos e políticos dos detentores do modo de produção, em uma visão estanque e homogênea, alheia aos conflitos sociais necessários para a conquista de direitos sociais universais. Dessa forma manifestam-se os sinais de enfraquecimento do Estado que se refletem na instalação de programas de caráter emergencial e assistencialista, bem como redução do conceito de Seguridade Social⁸, tão amplamente defendido na CF de 1988. (Behring e Boschetti, 2009).

Partindo do suposto que o Serviço Social é parte integrante da divisão social e técnica do trabalho, a profissão compõe os processos de produção e reprodução social por meio das respostas que o Estado e classes dominantes constroem.

A autora Marilda lamamoto (2008) ao tratar do papel profissional frente às determinações da questão social, nos leva a refletir sobre as contradições enfrentadas entre demandas profissionais e o desafio da intervenção focada no Projeto Ético Político Profissional e a necessidade de reafirmar cotidianamente a perspectiva da efetivação e conquista de direitos sociais. Acrescenta-se ainda a centralidade, que os cidadãos devem ganhar, enquanto sujeito de direitos e agentes de decisões, com ações que se contraponham ao contexto de fragmentação da totalidade da questão social.

Nesse sentido a reflexão sobre os elementos da fragilização na qualidade do estágio e das formas de vínculos propostas aos discentes está diretamente ligada ao contexto de minimização do Estado, da drástica diminuição dos fundos públicos de investimento em políticas sociais, a larga escala da precarização das relações de trabalho com suas novas formas de contratação que fragmentam os serviços e objetivos profissionais mais amplos.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Partindo das novas configurações do contexto societário, entendendo a importância da dimensão interventiva do profissional assistente social é sempre necessário retomar o debate sobre a centralidade do estágio no processo de formação. Nas palavras de lamamoto (2008),

[...] o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem

⁸ A Seguridade Social é definida na Constituição Federal Brasileira, no artigo 194, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos. (IAMAMOTO, 2008, p. 424).

O estágio supervisionado, como atividade curricular obrigatória permite ao aluno estagiário a construção da identidade profissional. É neste espaço que o aluno segue se identificando com o trabalho do assistente social e constrói a partir das práticas do supervisor de campo seus referenciais identitários, tanto pela positividade como pela negatividade. O estágio supervisionado deve, então, ser compreendido em uma proposta pedagógica de formação profissional, proporcionando a construção de competências, habilidades e posturas de uma intervenção profissional comprometida com os usuários dos serviços, de acordo com a realidade. Somente com o acompanhamento sistematizado, contínuo e planejado é que garantiremos a qualidade da formação profissional em Serviço Social não dicotomizando o “lugar da prática” sendo o campo de estágio e o “lugar da teoria” a universidade.

Conforme já descrito na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), no contexto de desregulamentação do trabalho e redução de direitos, é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto-ético político do Serviço Social. Segundo Iamamoto (1998), somos desafiados a realizar reflexões críticas sobre o contexto e o processo de implantação e efetivação das diretrizes curriculares do Serviço Social.

Segundo Oliveira (2004), é na prática que vamos entender a realidade de nossa profissão, e é ela que nos amadurece enquanto profissionais, e que assim, o estágio é uma possibilidade de aproximação da realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o exercício profissional do assistente social. A autora reforça que o estágio curricular não é a aplicação de conhecimentos adquiridos na teoria, nem adequação de alunos ao mercado de trabalho, mas sim, é um momento de estudo, reflexão do fazer, do pensamento da prática social, bem como o reconhecimento da articulação da prática do Serviço Social e o contexto político econômico-cultural das relações sociais.

O debate sobre a centralidade do estágio no processo curricular vem sendo apontado como eixo desafiador na reflexão crítica da formação no Serviço Social, avocada no sentido da indissociabilidade das dimensões da intervenção profissional, quais sejam: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.

Dessa forma a categoria profissional contribuiu para a construção e consolidação, em documento, de importantes decisões, dentre elas, aqui já citadas, a resolução CFESS 533/2008 e Política Nacional de Estágio/2010, que são instrumentos definidores de ações entre UFAS e campos de estágio, clareando papéis de

coordenadores de curso sobre a questão do estágio em Serviço Social e também dos responsáveis pelo departamento de estágio, dos supervisores acadêmicos, dos supervisores de campo e discentes/estagiários, com o devido destaque às atribuições da UFA e do supervisor acadêmico, que é o professor responsável pelo encaminhamento metodológico do estágio supervisionado. O supervisor acadêmico e de campo necessitam realizar uma ação integrada, onde possam discutir o percurso metodológico que orientam o processo de ensino com vistas à formação profissional.

A preocupação enquanto categoria profissional é pertinente e reflete a necessidade de enfrentamentos frente o “drástico” quadro de ausência de campos, oferta de estágios precarizados e ainda a demanda de atribuições profissionais que muitas vezes pouco dialogam com as atribuições e posturas profissionais descritas na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) e Código de Ética Profissional (1993). A realização trabalho do/a assistente social deve ser operacionalizada sem perder de vista a materialização dos princípios profissionais, descritos Código de Ética.

2.3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: DILEMAS COTIDIANOS UNIVERSIDADE BRASIL (CAMPUS ITAQUERA/SP)

O distrito de Itaquera, localizado na região leste do município de São Paulo, tem sua denominação procedente do Tupi Guarani que significa “pedra dura”, termo condizente com o território bastante adensado populacionalmente⁹, que apresenta altos índices de vulnerabilidade social, possuindo localidades com as mais baixas colocações no Índice de Desenvolvimento Humano¹⁰ (IDH), conforme dados do município de São Paulo.

Diante do quadro, a Universidade Brasil/Itaquera verificando a demanda por trabalho social, na região, abre o curso de graduação em Serviço Social no início de 2007, assim, é importante ressaltar que os alunos, em geral, residem na região.

O corpo docente, em consonância com as diretrizes curriculares, tem a preocupação com a fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, articulando à produção do conhecimento e oportunizando situações de superação, inovação, criticidade e criatividade, o que propicia ao aluno compreender a realidade e ser capaz de desenvolver habilidades para lidar com o conjunto de expressões das desigualdades sociais.

⁹ Conforme dados estimativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme dados do último censo, de 2010, possuía uma população de 204.871 habitantes, num território de 14 km².

¹⁰ Conforme dados estimativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme dados do último censo, de 2010, possuía uma população de 204.871 habitantes, num território de 14 km².

Destacada a necessária experiência do campo de estágio aqui assinalaremos a fragilidade enfrentada pela oferta destes campos, que compromete sobremaneira a qualidade da formação. No quadro abaixo estão demonstramos alguns dados que aludem tal situação.

Quadro 1- Dados dos alunos em período de estágio em Serviço Social

CONDIÇÃO	DADOS	ANO		
		% 2010	% 2013	% 2018
Alunas/os por declaração de gênero (%)	Feminino	91%	92%	83%
	Masculino	9%	8%	17%
Alunas/os por inserção no estágio (%)	Inseridos	63%	55%	53%
	Não Inseridos	37%	45%	47%
Alunas/os, em estágio, por área de estágio (%)	Assistência Social	73%	79%	75%
	Saúde	13%	16%	11%
	Previdência	1%	1%	0%
	Educação	4%	1%	6%
	Sócio Jurídica	7%	1%	3%
	Habitação	2%	2%	5%
Alunas/os, em estágio, por tipo de campo (%)	Público	47%	66%	21%
	Privado	6%	14%	8%
	Entidades/Organizações não Governamentais	47%	20%	55%
Número de Horas Semanais	1 a 9	36%	44%	32%
	10 a 19	23%	17%	43,5%
	20 horas ou mais	41%	39%	24,5%
Tipo de vínculo do Contrato de estágio	Remunerado	32%	29%	24%
	Não Remunerado	68%	71%	76%

Fonte: Departamento de Estágio Universidade Brasil Itaquera

O curso de Serviço Social ainda se mantém majoritariamente feminino. Em cinco anos ocorreu uma queda brusca dos campos de estágio no setor público e um aumento significativo das vagas de estágio não remunerado. Nossa hipótese é que a expansão das atividades das organizações não governamentais, especialmente no campo socioassistencial tem uma relação direta com a diminuição dos investimentos em serviços realizados diretamente pelo setor público, o qual progressivamente “delega” as organizações da sociedade civil em forma de parceria, convênios com esses serviços e, para os quais muitas vezes, repassam subsídios insuficientes.

Essas organizações, em sua maioria, ofertam vagas de estágio sem remuneração e com uma carga horária reduzida, levando o aluno a ter um contato muito superficial com a realidade institucional e com o próprio supervisor de campo.

Tanto os dados levantados quanto o contato com os alunos durante a supervisão acadêmica nos sinalizam que muitas vezes o estudante é considerado mão-de-obra barata, e porque não dizer “gratuita”, dificultando o acompanhamento do processo de trabalho, visto a precariedade do vínculo e a falta de percepção do aluno da totalidade social. Os alunos se queixam que a instituição os colocam em diversas

atividades burocráticas, estranhas a sua formação profissional. Essas distorções reproduzem a lógica capitalista de exploração e precarização dos diferentes espaços ocupacionais, que impera também nos estágios.

Os estágios remunerados têm se configurado como mão-de-obra barata utilizada por muitas empresas, prefeituras, como contenção de custos, uma vez que se contratam estagiários/as ao invés de profissionais para execução das mesmas atividades, pois “[...] representa economia de gastos, por exemplo, com décimo terceiro salário, adicional de 1/3 de férias e contribuições previdenciárias” (VASCONCELOS, 2009, p. 70-71).

Desta forma, outra inferência é a de que a diminuição do estágio remunerado que antes traduzia uma preocupação quando aluno e instituição concedente do estágio confundiam o estágio com emprego, passa para uma perspectiva ainda pior ficando o aluno que ocupa os estágios sem remuneração com uma sobrecarga de atividades e uma condição “desumana” para realizar seus estudos, motivo de desistência do curso no momento de acesso ao estágio.

É necessário destacar que as alterações no mundo do trabalho, na esfera do Estado e das políticas sociais no processo de organização da sociedade civil em seus aspectos regionais e culturais, têm produzido significativas modificações nas relações e processos de trabalho do Serviço Social. O mercado de trabalho precisa ser analisado tal qual um espaço que encerra possibilidades concretas de exercício e reprodução da força de trabalho, bem como aponta particularidades que merecem atenção no processo de formação dos assistentes sociais. (OLIVEIRA, 2004, p.78).

Há que se destacar que o estágio supervisionado exerce um papel fundamental no processo de formação profissional do aluno, conforme assinala Cirlene Oliveira (2004) ele proporciona o contato direto com o exercício profissional, com a natureza interventiva do Serviço Social e, conseqüentemente, permite a apropriação da profissão.

Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho deve responder por meio do seu exercício profissional, às atuais demandas colocadas pelo mercado de trabalho e também requalificar o fazer profissional, reconhecendo e conquistando novas alternativas de ação. (OLIVEIRA, 2004, p. 65).

Ainda segundo Oliveira (2004) o estágio supervisionado tem um papel significativo no processo de formação profissional, representa para o aluno a possibilidade de aproximação com a realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada aos conhecimentos teóricos metodológicos que orientam a profissão.

Porém, a situação vivenciada no estágio, além de fragilizar o vínculo do estágio no campo, dificulta o potencial da discussão sobre estágio na academia, como nos diz Oliveira (2004), podendo passar a não ocupar o merecido espaço e reconhecimento atribuído às disciplinas ditas “teóricas”. Como a UFA vem buscando enfrentar estes

impactos gerados pela precarização das relações e vínculos no mundo do trabalho nesse necessário cuidado com a formação? Esta questão tem sido alvo de preocupação e debate do grupo de professores que acompanham as disciplinas de supervisão de estágio seja em reuniões de colegiado do curso, seja na organização da ação intra e extramuros com os parceiros- entidades concedentes de estágios e outros potenciais futuros parceiros.

Isto posto, o colegiado do curso tem buscado a realização de ações orientadas em três eixos: *Eixo 1-* relativo ao conteúdo pedagógico das disciplinas: elaboração discutida e conjunta dos conteúdos dos três núcleos de formação profissional¹¹, realizando o diálogo entre os planos de ensino de forma a valorizar o papel dos conteúdos e debates das disciplinas de estágio; *Eixo 2-* relativo à aproximação com os campos de estágio: intensificação do diálogo com os supervisores de campo, com ações diretas e organizadas com discentes/estagiários; convites à participação em reuniões de supervisão de estágio; e *Eixo 3-* referente ao papel do curso de Serviço Social na atividade denominada Universidade de Portas Abertas que busca intensificar e otimizar ações de parcerias entre a comunidade e entidades locais com a Universidade, viabilizando a propositura de projeto de extensão que vem abrindo as atividades de formação do curso para a comunidade, ex-discentes e entidades do entorno da UFA.

No contexto desigual do capital, numa postura crítica, comprometida com a transformação e acesso a direitos o desafio remete a construção de caminhos também no processo de formação do estagiário. Dentre as estratégias faz-se necessário o aprofundamento com alunos, supervisores de campo e supervisores acadêmicos das mediações impostas à intervenção profissional, sendo que o instrumento do plano de estágio e sua contínua revisão torna-se elemento facilitador da construção e reconstrução do objeto de intervenção, visando a perspectiva de avaliação de demanda e realidade social, do enfrentamento às contradições, além da otimização do debate do processo de trabalho dos campos de estágio, não ficando restrita às “lamúrias” da inexistência de alternativas.

O estágio devidamente supervisionado, conduz o aluno a aproximações sucessivas com a prática profissional e com a rede de interlocuções subjacentes à sua efetivação, auxiliando-o a apropriar-se do significado social da profissão e da construção de sua identidade profissional, individual e coletivamente, fundamental para a formação profissional. (PINTO, 1997, p. 88).

¹¹ Conforme diretrizes para o curso de Serviço Social (ABEPSS-1996) o Plano Pedagógico do Curso é elaborado considerando os três núcleos de formação considerados indissociáveis: (i) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; (ii) Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira; e (iii) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Assim, o processo de formação profissional e principalmente o momento de chegada do aluno ao estágio, importante momento de construção de sua identidade profissional, tem sido e deve ser alvo de elaboração de alternativas ao quadro de alterações ocorridas historicamente no mundo do trabalho determinadas das expressões da questão social, objeto de intervenção profissional. Identificar o mundo profissional e suas alterações sugere reorganização de atitudes dos agentes envolvidos na atividade de estágio: coordenação do curso, coordenação do departamento de estágio, supervisores acadêmicos, supervisores de campo e discentes.

3 CONCLUSÃO

Levantar e refletir de que forma os avanços das transformações neoliberais impactam nas condições do estágio supervisionado a partir de dados de realidade do estágio na Universidade Brasil Itaquera, nos leva a constatar a evolutiva precarização das condições do estágio em Serviço Social. Para entender as transformações nos campos de estágio, numa perspectiva crítica, fez-se importante explicitar as tendências funcionais e neoliberais na redefinição do papel do Estado e da sociedade civil para a compreensão das determinações históricas e refletir sobre possíveis caminhos de resistência e enfrentamento. Chega-se, assim, à conclusão que muitos esforços devem ser direcionados pelas UFAs de forma a buscar potencializar a qualidade dos estágios realizados, na preocupação de que não fique comprometida a formação profissional. Reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas nesse contexto conjuntural.

Constata-se que, embora não intencional, há ainda um grande distanciamento entre a UFA e os campos de estágios que deve ser transposto de forma a estimular a relação das dimensões da formação profissional (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operacional) nesse importante espaço de aproximação à realidade social e de construção da identidade profissional.

Veem-se como possibilidades as proposituras já assinaladas ,como as atividades extra “muros” e a abertura do campus para a comunidade e rede de entidades parceiras e não parceiras, e ainda outras que podem ser elaboradas entre os envolvidos nos espaços de debate e formação relativos ao estágio instituídos pelas UFAs. Como exemplo: Jornada de estágio, reuniões de supervisão estágio e formações conjuntas de supervisores acadêmico e de campo.

Por fim, o conteúdo em discussão neste artigo objetiva contribuir com elementos para este importante debate, compartilhando um leque de inquietações que interferem de forma fundamental na qualidade do estágio, ideias proposta pela equipe

docente da Universidade Brasil Itaquera/SP e a defesa da continua construção de novas possibilidades pelo conjunto da categoria.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Política Nacional de Estágio (PNE). Disponível em: Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigeida.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

ABEPSS/CEDPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 07, p. 58-76, 1997.

BRASIL. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de Ética Profissional do Assistente Social. Resolução nº. 273, de 13 de Março de 1993. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 30 de Mar. 1993. Brasília, CFESS, 1997.

_____. Resolução n. 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio. Disponível em: www.cfess.org.br. Acesso em: 25 jun. 2018.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: [<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>](https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/). Acesso em: 25 jun. 2018.

ANTUNES, R.L.C. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BEHRING, E., BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J.P., **Ditadura e Serviço Social: Análise do Serviço Social no Brasil Pós 64**, São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, C.A.H.S. **O Estágio Supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 80– p. 59-81. São Paulo: Cortez, 2004.

PINTO, R.M.F. **Estágio e supervisão: um desafio teórico-prático do Serviço Social**. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade, São Paulo, 1997.

VASCONCELOS, I. **Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho**. *Temporalis*, Brasília-DF, ano 9, n.17, p. 61-82, jan./jul. 2009.